

AMAZÔNIA BRASILEIRA, CRISE HÍDRICA E A RELAÇÃO COM O METABOLISMO DAS SOCIEDADES AGRÍCOLA-URBANO-INDUSTRIAIS: ENTREVISTA COM WAGNER COSTA RIBEIRO

Marisa Regina Kohler*
Aumeri Carlos Bampi**

Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo em 1986, o professor Dr. Wagner Costa Ribeiro cursou Mestrado (1994) e Doutorado em Geografia Humana (1999) na mesma universidade; realizou estudos de Pós-Doutorado na Universidad de Barcelona; em 2004 obteve a Livre Docência. Na atualidade exerce o cargo de professor Titular do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM da USP, que coordenou entre 2006 e 2008. Foi Coordenador do Grupo de Pesquisa em Ciências Ambientais do Instituto de Estudos Avançados (IEA) entre 2008 e 2012. Atuou como professor visitante convidado na Universidad de Salamanca, Universidad de Sevilla e na Universidad de Caldas. É Coordenador da Área Temática Águas Transfronteiriças da Rede de Pesquisa Waterlat. Sua carreira é dedicada à Academia e à Universidade pública. Possui vasta experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Meio Ambiente, principalmente com os seguintes temas: Políticas Públicas Ambientais, Relações Internacionais e Meio Ambiente, Gestão dos Recursos Hídricos e Ordem Ambiental Internacional. Possui autoria em vários artigos acadêmicos e em livros - *A ordem ambiental internacional* (2001 e 2005) e *Geografia política da água* (2008). É coorganizador e coautor do *Livro branco da água* (2018), e das coleções didáticas *Por dentro da Geografia* e *Geo Conecte live*. Apresenta um vasto currículo de atuação em Conselhos e Comissões, com diversas participações e organização de eventos.

* Bióloga, Especialista em Bioética, Mestre e Doutoranda em Ciências Ambientais pelo PPGCA-UNEMAT. E-mail: kohlermarisa68@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-2183-8673>.

** Filósofo, Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha. Possui Pós-Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade de Educação e Linguagem e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e em Geografia (PPGEO) da UNEMAT. E-mail: aumeri@unemat.br <http://orcid.org/0000-0002-3410-9376>.

Esta entrevista¹ realizou-se devido à edição do Dossiê temático *Democracia, Ambiente e Sociedade – DAS: Desafios à Sustentabilidade*, e das linhas de investigação do Grupo ANTROPOFERA da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Sinop, em especial a partir do Projeto *Estudo das Relações da Pecuária e Produção de Grãos com a Água no Contexto da Amazônia Norte Mato-grossense*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

MARISA REGINA KOHLER: Faremos algumas perguntas relativas à degradação ambiental dos bens comuns naturais, ocasionada pelas relações metabólicas das sociedades agrícola-urbano-industriais e sua relação com a crise hídrica urbana na Amazônia brasileira, focando sobre os vetores desta crise. Professor, muito obrigado por ter aceitado o convite.

AUMERI CARLOS BAMPI: Estamos reunidos com o Professor Dr. Wagner Costa Ribeiro para uma entrevista que busca relacionar pesquisas e estudos das Ciências Ambientais com as Ciências Sociais e o Desenvolvimento Regional, a partir da necessidade de aprofundar diálogos interdisciplinares para o entendimento da configuração da crise hídrica no Brasil, as origens, as consequências e os caminhos a trilhar para superar ou então mitigar as situações de degradação, escassez e vulnerabilidade da água tanto no campo quanto nas cidades. Deste modo, buscamos conhecer como os processos urbano-industriais, a expansão econômica e produtiva agropecuária e energética sobre o Centro-Oeste e Amazônia geraram problemas; diante do contexto a água hoje se torna um dos elementos centrais do debate. Agradeço sua colaboração e participação.

WAGNER COSTA RIBEIRO: Quero agradecer a oportunidade de conversar com vocês.

¹ **Resumo:** Nesta entrevista, o Professor Dr. Wagner Costa Ribeiro, titular do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), colabora com seu vasto conhecimento adquirido em sua trajetória acadêmica e profissional e de assíduo pesquisador dos temas referentes às questões relacionadas ao meio ambiente e recursos hídricos. Ribeiro responde questões sobre a degradação ambiental dos bens comuns no Brasil e na Região Amazônica e sua relação com a crise hídrica urbana. A entrevista realizou-se por conta do Dossiê temático “Democracia, Ambiente e Sociedade – DAS: Desafios à Sustentabilidade”.

Abstract: In this interview, Dr. Wagner Costa Ribeiro, professor of the Department of Geography at the University of São Paulo (USP), collaborates with his vast knowledge acquired during his academic and professional career as an assiduous researcher about environment and water resources issues. Ribeiro discusses the environmental degradation in Brazil and Amazon and its relation to the urban water crisis. The interview occurred on behalf of the Thematic Dossier “Democracy, Environment, and Society - DAS: Challenges to Sustainability”.

MARISA REGINA KOHLER: Para compreender as relações entre as sociedades humanas e os bens naturais, torna-se indispensável uma elaboração teórica, no sentido de anunciar as raízes que embasam a modernidade. Professor Wagner, como o senhor observa as relações da(s) sociedade(s) com a natureza na atualidade? Como fazer a distinção entre os conceitos “recurso natural” e “bem comum natural”?

WAGNER COSTA RIBEIRO: No que diz respeito à questão apresentada, uma das definições de natureza pode ser apreendida na modernidade como a relação daquilo que definimos como exterioridade contraposta à internalização da consciência. Na verdade esta é uma definição de Descartes, que é um dos inauguradores do período da modernidade. Eu diria que, ao deslocar a natureza da corporeidade, ela passou a ser vista como algo distante, separado, desvinculado da condição de ser no mundo. E isso se torna ainda mais agravante diante dos sistemas técnicos que temos hoje, que produzem aglomerados urbanos em maior ou menor escala, ou seja, ambientes tecnicizados ao extremo, ainda mais no contexto de pandemia no qual estamos vivendo, nos quais “aparentemente” estamos livres da natureza. Mas não estamos! Mesmo estas redes complexas de fluxo de informação que permitem a interação, em que pese estarmos a distância, necessitam objetivamente de uma base material concreta que passa por fontes de energia, por dutos, cabos, enfim, por uma base material real. Posso afirmar que esta visão da modernidade se contrapõe, por exemplo, à visão de vários povos originários e comunidades tradicionais, entre outros grupos humanos, que não separam a corporeidade da capacidade sensorial e reflexiva, bem como expressam uma concepção de natureza como sua própria concepção de existir. Acredito que a visão predominante de natureza na modernidade traz um problema, inaugurando a ideia de que ela é um recurso já que ela é apreendida como exterior à nossa condição de ser no mundo. Eu diria que a sociedade hegemônica levou esta concepção às últimas consequências. Nossa própria corporeidade é naturalizada. Eu dou este exemplo em sala de aula: quando vamos ao médico, a primeira coisa que ele nos faz é nos mensurar, pede uma série de exames e procura identificar se estamos dentro da média esperada, de determinados atributos quaisquer que sejam eles. Esta metrificação da corporeidade, no caso da sociedade hegemônica, ocorre desde o nascimento. Um bebê ao nascer é pesado, medido, quantificado, para verificar se ele está dentro da expectativa que se tem de um ser que chega ao mundo contemporâneo. E sabemos que tudo isto é uma maneira de operar a natureza, que separa, segrega cada vez mais a condição de ser no mundo destes atributos naturais, percebendo a natureza como uma exterioridade. Entrando na questão de recurso natural/bem comum, a observação que tenho a fazer é a seguinte: quando se fala em recurso natural, de

alguma forma se está levando a discussão também para o campo da economia e tentando, de alguma maneira, chegar à precificação deste bem, deste recurso. É sempre bom dizer, a ideia de recurso é historicamente determinada, ela depende da capacidade técnica que temos de intervenção na natureza, de apropriação e transformação deste recurso para sua utilização, pois, se não houvesse esta capacidade, não é recurso e sim simplesmente algo posto na natureza. Então, esta possibilidade técnica que vai mudando ao longo da história faz com que alguns recursos se tornem mais ou menos escassos ou abundantes, levando a uma dinâmica bastante aguda em torno de uma disputa pelos recursos naturais, inaugurando o que chamo de Geografia Política dos recursos naturais. Isto é muito diferente da ideia de um bem ou recurso comum, e diferente da ideia de bem viver. A ideia de bem comum é que estaríamos diante de uma situação na qual aspectos fundamentais da reprodução da condição de ser no mundo na contemporaneidade deveriam ser considerados bens comuns – por exemplo o ar, as condições atmosféricas climáticas, e para alguns autores os recursos hídricos, a água. Mas, infelizmente a água não é mais tida como um bem comum, ela é precificada em diversos países, inclusive no Brasil, e esta ideia de que a água possa ser um bem comum foi abortada em vários países, o que não quer dizer que ela não possa ser recuperada como uma bandeira de luta. E isto é muito diferente da ideia de bem viver, que é na verdade um modo pela qual os povos originários, especialmente as comunidades andinas da América do Sul, criaram para qualificar a sua forma de organização social baseada no conceito de felicidade, que é um conceito muito diferente desta base de matriz consumista do Ocidente. Uma base que é constituída na relação social, na singularidade que estas relações permitem e na perspectiva de conduzir a um mundo mais harmônico, no qual a felicidade seja a medida da relação e não a posse de bens e objetos culturais e tecnológicos.

AUMERI CARLOS BAMPI: Nas sociedades capitalistas modernas, todos os bens comuns naturais são apresentados como um “recurso” (IVARS, 2014). Como avalia o discurso de que os recursos naturais disponíveis são a “base econômica” de uma sociedade, pois, são utilizados para ser possível satisfazer às necessidades fundamentais desta sociedade? Isto posto, como usar e conservar?

WAGNER COSTA RIBEIRO: Esta é uma questão central, porque a condição de ser no mundo necessariamente implica na produção de objetos necessários à reprodução, da vida porque não conseguiríamos ser sem ter uma base material necessária, ou seja, esta base material da condição de ser no mundo é fundamental e sem ela não há como reproduzir vida em sociedade. A pergunta a se fazer é: qual a

medida, qual a métrica para a reprodução da base material da existência? Iremos continuar apostando no modelo consumista, predatório, que descarta objetos em plena condição de uso, ou passaremos a ter uma base mais sustentável, na qual a provisão da condição necessária para a reprodução de ser no mundo seja mais equânime, para que possamos pensar em habitação digna, acesso à água para todos, e, a partir daí, buscaremos resolver as necessidades com objetos técnicos. Hoje temos exatamente uma situação contrária. Temos uma oferta exagerada de objetos técnicos consumistas de diversas matrizes que chegam às casas das pessoas como telefonia celular, computadores, aparelhos eletrodomésticos, ainda que o indivíduo não tenha algo fundamental que é um abrigo adequado. Assim, esta é uma grande contradição que devemos enfrentar. Acredito que o momento da pandemia que estamos vivendo é muito importante para que possamos refletir sobre isto. Inclusive, diria que alguns países do mundo já pensam nesta alternativa como saída para crise que a pandemia gerou. Eu me refiro aos países da União Europeia, também aos Estados Unidos da América, agora com o presidente Joe Biden, que apontam para uma alternativa baseada em uma matriz distinta, na qual não vão apostar tanto em um modelo intensivo de consumo, e sim pensar em alternativas de maior duração da manutenção da base material para reprodução do ser humano no planeta.

MARISA REGINA KOHLER: Podemos afirmar que a crise ambiental, suas implicações e os desdobramentos dos problemas socioambientais são decorrentes dos processos de exploração e expropriação dos bens comuns naturais?

WAGNER COSTA RIBEIRO: Diria que esta crise socioambiental é resultado deste modo de acumulação permanente, que é a causa primeira que leva a uma intensificação do uso dos recursos naturais, sejam eles considerados como de uso comum ou não. Temos um modelo de expansão permanente da produção sobre uma base material conhecida e imutável. Ao pensarmos em recursos não renováveis, alguém pode dizer: “bom, mas a humanidade pode chegar à produção de recursos renováveis!” Sim, como possibilidades e perspectivas, isto está posto, não há dúvidas. E o que digo é que precisamos sair do reino da necessidade e entrarmos no reino da liberdade, ou seja, um mundo no qual possamos vir a produzir e reproduzir todas as bases materiais, seja energia, alimentos, objetos técnicos necessários para vivermos de maneira sustentável. Mas estamos longe deste cenário. Parte dos capitalistas contemporâneos têm clareza de que alguns recursos não renováveis vão gerar crises. Crises que serão intensificadas em relação ao acesso às bases materiais para a reprodução como maneira de organização da vida. Por isso eu diria que a sustentabilidade não é mais uma possibilidade e sim uma necessidade

para o capitalismo. Devemos nos perguntar: vamos gerar um mundo sustentável com mais capitalismo ou um mundo sustentável não capitalista? Em meu ponto de vista devemos apostar em um mundo não consumista e sustentável.

AUMERI CARLOS BAMPI: Em relação à busca de sustentabilidade que ocorre em países da União Europeia e outros, esta espécie de “esverdeamento” do capitalismo é possível de fato? Ou, na verdade, estas possibilidades existem porque, por exemplo, eles buscam recursos naturais em territórios distantes, ou seja, exploram a África, a América, a Ásia? Será que esta possível sustentabilidade do capitalismo não acontece saqueando, ou dilapidando os recursos dos países periféricos?

WAGNER COSTA RIBEIRO: O primeiro ponto a ser reafirmado é que o capitalismo em si não é sustentável, seja em países ricos ou pobres, porque ele parte de uma premissa que é a reprodução permanente da base material da reprodução da vida. Portanto, parte do princípio de que é preciso expandir a produção permanentemente, o que não é sustentável, visto que não é possível sustentar um regime que precisa expandir a produção sob uma base material que é rígida, como bem apontou o geógrafo alemão Friedrich Ratzel. Este autor está entre os clássicos da geografia política e afirma que, quando tem-se pressão sobre uma base física, haverá conflito, justamente a situação de hoje, se pensarmos em alguns recursos como água, ou mesmo em recursos naturais não renováveis, como o petróleo. Temos necessariamente que buscar alternativas aos materiais oriundos do petróleo, apostar na tecnologia, na ciência, assim como na invenção de novas fontes de energia, que já está ocorrendo, ou mudar a maneira pela qual organizamos a vida. É importante dizer que, em que pese o capitalismo seja hegemônico, temos muitas formas de organização sociedades não capitalistas que vivem muito bem e que conseguem reproduzir a sua condição de ser no mundo há séculos, com impactos ambientais infinitamente menores que os do modo de produção capitalista. Esta é uma grande lição que temos que aprender com estas comunidades. Não estou dizendo que devemos viver como elas, mas que devemos buscar nelas outro significado do que é ser no mundo contemporâneo e que nos afaste de objetos técnicos baseados apenas no consumismo. Alguns capitalistas contemporâneos têm a indecência de fazer com que os objetos técnicos, qualquer que seja ele, um celular, computador, automóvel ou uma residência seja absolutamente descartável em plenas condições de uso. Por exemplo, em breve a tecnologia do 5G será implantada em larga escala no mundo e os bilhões de celulares 4G do planeta viram sucata de uma hora para outra. E as pessoas acham que isto é natural, que é uma evolução técnica, quando na realidade não é. Então, de fato, é necessário rever

estas questões. Atualmente assistimos na União Europeia, uma proposta de que os objetos técnicos, os bens materiais durem pelo menos por 5 anos. A França criou uma lei importante de logística reversa, que impõe aos objetos ao menos cinco anos de duração. Caso não cumpra, o fabricante terá problemas com o Estado. Me parece um avanço, que vai levar à redução das necessidades de exploração e usos energéticos de alguns recursos naturais.

MARISA REGINA KOHLER: Pode-se dizer que nem todas as formas de relação entre humanos e natureza são mediadas pelo pensamento ocidental de raízes europeias. Há como resistir à inserção do utilitarismo e instrumentalismo e vivenciar outras formas de relação com a natureza?

WAGNER COSTA RIBEIRO: Eu diria que temos que propiciar e vivenciar a convivência com estas outras formas de organização de ser no mundo. Em 1990 tive a oportunidade de visitar comunidades quilombolas no interior do Pará, foi uma experiência absolutamente singular em minha trajetória. Tive outras oportunidades, como em 2019, quando fizemos um percurso de 15 dias de barco pelo baixo Rio Branco, em Roraima até a divisa com o Amazonas, visitando comunidades indígenas, caboclos, ribeirinhos que vivem nestas áreas e aprendendo com eles que é possível viver de outra forma. E a pergunta que fazíamos a todos eles era: vocês querem sair daqui? E eles respondiam que “não, de forma alguma, não quero morar na grande cidade ou na cidade média, eu quero continuar vivendo aqui”! O que vocês precisam então? “Precisamos de um posto de saúde, uma escola mais adequada, a gente tem aqui muitas coisas, muitas riquezas, o peixe, a água, a farinha, o açaí, cupuaçu, temos os ciclos todos aqui, vivemos muito bem, temos nossas festas”. Estes exemplos mostram que precisamos ressignificar a vida. Acredito que a pandemia é um momento importante porque, uma vez que não podemos ter encontros presenciais e estamos tendo apenas encontros virtuais, penso que seja o momento que deveria ser utilizado para reflexões. Mas, infelizmente, grande parte das pessoas não estão aproveitando este momento para refletir, ao contrário, elas estão ansiosas consumindo. Em São Paulo não houve um decréscimo como se esperava da atividade econômica, ou seja, a economia estava funcionando virtualmente, ao custo dos *motoboys* que fazem entregas de produtos e de comida pela Região Metropolitana de São Paulo, entre outros municípios. Ou seja, a base consumista do modo de vida se manteve. O que é curioso, porque não há nem a quem mostrar o objeto técnico novo que foi comprado. Como sabemos, uma das motivações da razão de ser no mundo é a busca da glória no sentido hobbesiano, é o reconhecimento do outro entre os pares. Se isto não existe, para que manter o consumismo? Esta é uma pergunta fundamental e talvez devamos nos fazer mais perguntas: a realização de ser no mundo é possuir? É ter coisas, objetos inanima-

dos? Acredito que os povos originários mostram alternativas a este modelo de maneira muito inteligente, por isso seria muito conveniente e necessário mantê-los com seu estilo de vida e estimular que os estudantes possam vivenciar e conhecer outras formas de organização da vida, que não a hegemônica.

AUMERI CARLOS BAMPI: No Centro-Oeste e Amazônia ainda existem muitas comunidades nativas indígenas e comunidades quilombolas, além de outros povos tradicionais. Vemos que estão sendo impactadas fortemente por este processo de expansão da fronteira agrícola-urbana-industrial, que na realidade trata-se de uma maquinaria que se move, havendo uma tendência política atual muito problemática de fazer com que estas comunidades que vivenciam valores diferentes sofram grande interferência. Assim, estamos vendo comunidades indígenas incentivadas a produzir soja, criando um abismo nos valores da própria comunidade. Portanto, se ainda existiam valores para buscar que não os valores das sociedades ocidentais, e é óbvio que tem valores consideráveis na ocidentalidade, mas em relação a esta discussão da sustentabilidade, vemos uma questão problemática, a superação das fragilidades destas comunidades. Elas não possuem o mesmo poder, ou seja, há uma assimetria entre as relações dos povos tradicionais e indígenas que podem até contar com uma associação no Xingu, por exemplo, e os grupos de fazendeiros e seus representantes (FAMATO, APROSOJA, Classe Política e Corporações Nacionais e Transnacionais). Diante do contexto de forças, como estes povos poderão e/ou conseguirão resistir/re-existir?

WAGNER COSTA RIBEIRO: Esta pergunta é fundamental. Acho que temos que nos valer de exemplos do mundo onde as comunidades originárias são respeitadas e valorizadas e reconhecidas. Na Nova Zelândia, algumas comunidades maoris vivem segundo suas matrizes culturais, inclusive recebendo turistas, que querem conhecer seus ritos, a sua comida. Ao mesmo tempo, possuem automóveis, casas com acesso à internet. Tais comunidades não foram congeladas segundo matrizes culturais pretéritas. Elas oferecem aos turistas milho cozido nos gêiseres, mas também usufruem de artefatos técnicos de base ocidental. O povo Inuíte, cujas terras estão no Canadá, tiveram o reconhecimento territorial reconhecido pelo estado canadense, o que lhes garante a posse da terra e a manutenção de seu modo de vida. Os dois casos citados foram reconhecidos por sua cultura, e conseguiram edificar universidades nas quais se falam os idiomas originais. Estamos muito longe destas experiências históricas no Brasil, infelizmente. Apesar disso, muitas comunidades originárias têm uma organização importantíssima com o reconhecimento de terras e manutenção de sua cultura nos Estados Unidos da América, que para alguns é

um grande modelo a ser percorrido. No Brasil a invasão às terras indígenas e de áreas de conservação está se tornando uma forma de ocupação de terras devolutas, inclusive no Estado de Mato Grosso que é o estado que tem grande número de focos de incêndios. Estamos, na verdade, na contramão do que muitos países estão, o que é muito preocupante porque, se o Brasil tem uma vantagem no século XXI, é justamente esta combinação de biodiversidade com sociodiversidade. Esta sociobiodiversidade nos traz a possibilidade de associar conhecimento de comunidades locais com a manipulação de espécies que estão na natureza, e a partir daí poderemos reconstruir uma matriz econômica sustentável. Este deveria ser o modelo que o Brasil deveria adotar. Estou me baseando em trabalhos de autores como Bertha Becker, Carlos A. Nobre, Aziz Ab'Saber, Edna Castro, entre diversos outros. São autores que veem alternativas distintas do que ocorre hoje para a Amazônia. Portanto, temos alternativas, o que não temos é a vontade de conviver e aprender com estes povos da Amazônia. Estamos vivenciando uma estratégia de extermínio destas formas alternativas de organização da vida, o que é lamentável porque nos trará prejuízos de curto, médio e longo prazo.

MARISA REGINA KOHLER: “A fenda metabólica na relação da humanidade com a terra, que Marx descreveu no século XIX, agora evoluiu em múltiplas fendas ecológicas transgredindo as fronteiras entre a humanidade e o planeta” (FOSTER, 2012). Professor, a crítica de Marx descrita ainda no século XIX, em que medida ainda serve para mensurar a degradação socioambiental ocasionada pelo metabolismo do capital na atualidade? Como você analisa esta situação?

WAGNER COSTA RIBEIRO: Vejo com muita preocupação, porque evidentemente estamos diante de um ponto de ruptura do planeta e se analisarmos os vários relatórios do Painel Internacional de Mudanças Climáticas, eles apontam que talvez não consigamos mais reverter o aquecimento global a níveis menores, o que geraria consequências ainda mais dramáticas, a exemplo de situações de falta de água em municípios da Amazônia. Os estudos indicam que teremos problemas sérios em relação às questões hídricas, diante dos altos índices de desmatamento, pois, tirar a floresta é tirar cerca da metade da água que ocorre na Amazônia. O processo de evapotranspiração é responsável pelo regime hidrológico da região. A Região Sudeste já sofre com a diminuição das chuvas que vem da Região Amazônica. Na Região Metropolitana de São Paulo, para citar um caso, os reservatórios de água se encontram na ordem de 20% mais baixos do que estavam no ano passado (2020). Os níveis de desmatamento, especialmente de queimadas em 2019/2020, foram avassaladores, e tudo isso não é outra questão senão a vontade humana em fazer isto e um governo que

está “passando a boiada”, na expressão do Ministro do Meio Ambiente atual. Eu diria que, neste aspecto, não sou otimista. Acredito que estamos indo para o “matadouro” e de maneira suicida, alguns com mais consciência e outros com a intuição do que está acontecendo. Menos de 1/3 da população mundial está usufruindo deste modelo perdulário e 2/3 não tem sequer água encanada para lavar as mãos, uma necessidade vital em tempos de uma pandemia como a da Covid-19. Estou me referindo à escala planetária, e no Brasil estes números não são diferentes. Então, para ser irônico, até para acabar com o planeta, isto está acontecendo de maneira muito desigual. É evidente que ninguém quer acabar com o planeta, mas o modelo que está posto atualmente é exclusivista, desigual e temos que mudar esta situação. Neste aspecto sou bastante otimista. Eu acredito que tem uma geração diferente vindo aí, que se incomoda enormemente com tudo isto, o que está levando à possibilidade de que tenhamos uma nova maneira de organização da vida, porque a vida está muito sem significado e isto não podemos permitir que continue. As pessoas vão para os apelos mais simples, como as explicações mitológicas de matriz religiosa ou não; não por acaso chamam o presidente de mito, pois, “mito” é aquele que não se questiona, então é absolutamente coerente chamá-lo assim porque o torna inatingível, o protege da discussão pública, o que é uma afronta à democracia estabelecida na Constituição Federal de 1988. E poucos querem problematizar, refletir sobre este momento complexo, difícil e buscar alternativas, inclusive para a Amazônia. Mas elas afrontam interesses, esta é a grande questão. Por isso teremos que entrar na esfera política, senão não ocorrerão avanços.

AUMERI CARLOS BAMPI: Se retornarmos à narrativa histórica do país, verificamos que sua formação e exploração socioeconômica teve início através dos caminhos das águas, no período das grandes navegações que vigorava o mercantilismo (pré-capitalismo). Fato que mostra a importância da Amazônia Azul, que abarca toda a região do litoral brasileiro sob responsabilidade nacional, a qual também possui riquezas de toda ordem (MOREIRA, 2017). No Brasil as questões primordiais referentes ao controle dos recursos hídricos se situam em duas escalas macrorregionais e geopolíticas dos interesses brasileiros no Atlântico Sul (Amazônia Azul) e no coração da América do Sul (Amazônia verde). Professor, como analisa as questões de segurança (soberania nacional) nestas regiões? O senhor percebe que há possibilidade de conflitos geopolíticos por demandas externas de bens naturais, em relação à água potável, à Floresta Amazônica ou outros, devido a questões inerentes às Relações Internacionais desenvolvidas pelo governo brasileiro atualmente?

WAGNER COSTA RIBEIRO: Antes de mais nada, é fundamental reafirmar a soberania brasileira sobre estes territórios. Não podemos abrir mão da soberania sobre a Amazônia Azul e a Verde, este ponto é central. Entretanto, não podemos abrir mão de uma inserção no mundo contemporâneo. A pergunta que devemos ter em mente é: qual o perfil de país que o atual governo do Brasil quer oferecer para este mundo contemporâneo? Fornecedor de insumos primários? É preciso reconhecer que o Brasil tem a capacidade de ter um outro tipo de inserção no sistema internacional. O Brasil possui uma capacidade científica e tecnológica instalada, inclusive para apropriação sustentável dos recursos naturais da Amazônia Azul e da Amazônia Verde que não vem sendo bem utilizada, lamentavelmente. Estão em andamento vários projetos de alternativas sustentáveis na Amazônia que mostram que a coleta do açaí, cupuaçu, entre outras possibilidades, rende mais em termos financeiros que a soja e ainda mantém a floresta em pé. Daí decorre uma questão: por que as pessoas não fazem esta opção? Estariam desinformadas ou não foram sensibilizadas para a importância dos serviços ecossistêmicos e ambientais da manutenção da floresta em pé? Não conhecem o mercado para produtos amazônicos? Não têm apoio logístico para escoar a produção coletada? Ou seria porque há um lobby forte de empresas transnacionais que vendem insumos agrícolas, incluindo agrotóxicos, em grande quantidade? Ao adotar esta última possibilidade, o produtor rural está atendendo a interesses externos, quando poderia adotar um modelo de produção limpo, com menor impacto ambiental e mais sustentável, o que ampliaria as possibilidades de inserir o Brasil na economia 4.0, que tanto Bertha Becker quanto Carlos Nobre defendem. Para Becker (2005), a Amazônia seria o novo vetor científico tecnológico do século XXI, a partir da apropriação sustentável de matrizes renováveis, combinada com os conhecimentos associados das comunidades originárias. A população brasileira está diante de um impasse político em relação à maneira que pretende se inserir no mundo contemporâneo. Evidentemente que as questões de segurança passam por duas possibilidades distintas, a saber: manter o processo degradador exploratório dos recursos naturais, ou pensar em uma maneira inteligente de economia do século XXI, uma sociobioeconomia. O Brasil possui uma rede de extrema qualificação técnica como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, entre diversos outros órgãos, e conta com um vasto campo de universidades formando profissionais nas mais diversas áreas de pesquisas nacionais e internacionais. A combinação do potencial destas instituições e pesquisadores seria uma forma inteligente de alçar o Brasil a uma posição de liderança e protagonismo em relação à sustentabilidade socioambiental no mundo contemporâneo. Para mudar o quadro político atual é necessária uma

mobilização da comunidade científica para veicular informações qualificadas à sociedade civil, para que possam ser conhecidas as alternativas existentes, não apenas para a Amazônia, mas para todo o país.

MARISA REGINA KOHLER: Diversos são os momentos no processo histórico que, ao longo dos séculos, levaram ao deslocamento das fronteiras, configurando as áreas de ocupação do território, as quais formaram o Brasil (BECKER, 2005; 2010). Tal fato, promoveu o encontro assimétrico e por vezes violento de culturas distintas, sociedades e economias diferentes, ciclos econômicos variados de exploração, e todos levaram a graves problemas socioambientais, com a degradação dos bens comuns naturais ao que se refere ao Brasil, principalmente na Amazônia Verde. Professor, como descreve a forma de desenvolvimento implantada no território da Amazônia brasileira, a partir da década de 1970? Em que medida o modelo aplicado a partir da década de 1970 se aprofundou nos últimos anos? Que sentido tem na atualidade o modelo neodesenvolvimentista para o país? Eu perguntaria, acrescentando que, mesmo com os governos populares de centro esquerda, se por um lado tivemos um processo de inserção de universidades, fortalecimento de institutos federais, desenvolvimento educacional e de pesquisas na Amazônia, atenção ao social, habitação, melhoria de infraestrutura em cidades, por outro lado se aprofundou o modelo neodesenvolvimentista.

WAGNER COSTA RIBEIRO: De fato, a conjuntura externa levou o país a esta situação de fornecedor de insumos primários, inclusive durante governos progressistas. A pergunta que devemos fazer é: isto é suficiente para o Brasil? Eu diria que não, pois, o Brasil tem capacidade científica e tecnológica de propor uma outra maneira de inserção “na” e não “da” Amazônia, que perpassa pelo reconhecimento das capacidades instaladas por meio de pesquisadores e universidades que têm envolvimento com o processo de qualificação necessária dos amazônidas. É preciso intensificar a cooperação científica, estabelecer projetos de pesquisas com mais engajamento social, e promover diálogos produtivos, qualificados e reflexivos que reúnam as distintas virtudes e capacidades de gerar conhecimentos sobre a Amazônia. O Brasil, entre os países amazônicos, é o que dispõe de maior capacidade científica para pesquisar a Amazônia, o que gera a responsabilidade de liderar pesquisas envolvendo os demais países da Amazônia.

AUMERI CARLOS BAMPI: O desenvolvimento urbano e periurbano propicia vários elementos antrópicos que são introduzidos nas bacias hidrográficas e atuam sobre o ambiente, associado ao desmatamento das matas ciliares, barramentos artificiais, transporte de sedimentos transpostos pelos processos de

construção, ocupação e transformação do uso do solo, esgoto, animais e lixos diretamente nos córregos e rios, ocasionando uma diversidade de impactos ambientais sobre o ecossistema aquático, com intenso processo de degradação, relativos à poluição das águas, ao manejo e ao uso destes corpos hídricos, levando ao déficit hídrico urbano. Professor, como associa o processo histórico de ocupação e desenvolvimento adotado no território brasileiro, a partir de 1970 ao Centro Oeste e Amazônia, à falta de gestão dos recursos hídricos pela não implementação de políticas públicas por parte dos governos?

WAGNER COSTA RIBEIRO: A instituição de uma política de recursos hídricos no Brasil vem dos anos 30 com o Código das Águas (1934) e passa por momentos importantes na década de 1990 com a Lei n. 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. O que preocupa é que o governo atual, com o apoio do Senado e da Câmara Federal, inclusive, conseguiu tornar a legislação mais frágil com a aprovação da Lei n. 14.026/2020, fixando a obrigatoriedade de licitação para a concessão pública dos serviços de saneamento. Esta lei afeta várias empresas estatais e municípios que conseguiram estabelecer uma gestão da água que resultou em segurança hídrica. O objetivo é estimular a presença de capital internacional. E o questionamento que devemos fazer é: será que o capital internacional vai ter interesse em abastecer as pequenas comunidades e/ou populações com menos de 50 mil pessoas, que configuram a maior parte dos municípios brasileiros? Além disso, podem ocorrer retrocessos em relação à lei de 1997, com o enfraquecimento da participação popular por meio dos Comitês de Bacia. Um exemplo cabal é que a responsável pela gestão da água, a Agência Nacional de Águas (ANA) – que a partir desta Lei passa a se chamar Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, foi deslocada logo no início do governo atual do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério de Desenvolvimento Regional – perdeu seu caráter conservacionista e passou a estar atrelada ao desenvolvimento econômico.

MARISA REGINA KOHLER: Conforme Vandana Shiva (2006), “a escassez e a abundância não são dadas pela natureza — são produtos das culturas das águas. Culturas que desperdiçam ou destroem a frágil rede do ciclo da água criam escassez até mesmo sob condições de abundância”. Professor, como compreender que, ante a imensa quantidade de reservas hídricas existentes no Brasil, o país venha sofrendo com o déficit hídrico urbano em diversos municípios/cidades (Nordeste, Centro-Sul) e que agora esta realidade de escassez e vulnerabilidade também seja vivenciada na Amazônia brasileira?

WAGNER COSTA RIBEIRO: O professor Carlos Bordalo demonstrou esta falta de água na Amazônia paraense há alguns anos, e se esta situação está sendo viven-

ciada no Mato Grosso, infelizmente é o resultado deste modelo de apropriação da água absolutamente desigual, quando têm-se um uso altamente intensivo na produção de soja, por meio da irrigação intensiva, associado ao desmatamento, à diminuição da evapotranspiração que está diretamente relacionada à incidência de chuvas. Este conjunto de degradação pode levar à situação de escassez hídrica em áreas de estoque hídrico relevante, ou seja, mesmo em termos da Amazônia, onde encontramos as principais e maiores reservas hídricas do Brasil. Também é preciso lembrar que a privatização não foi bem-sucedida no Brasil. Basta citar o serviço de abastecimento de Manaus, que foi privatizado há 25 anos aproximadamente, no entanto, não apresentou uma melhora na qualidade da água, na oferta à população e, principalmente, na coleta e tratamento de esgoto. Por isso, a oferta dos serviços de água tem que ser pública. Em diversas partes do mundo observa-se um movimento de recuperação dos modelos de participação estatal na gestão da água em Paris, Berlim, Jacarta, Buenos Aires. Nestas metrópoles, a privatização levou a tarifas mais elevadas e a uma qualidade de água muito abaixo do que deveria ser ofertado.

AUMERI CARLOS BAMPI: Professor, gostaríamos de agradecer a oportunidade que nos concedeu de sua fala, conhecimento e de conviver com sua sabedoria.

WAGNER COSTA RIBEIRO: Agradeço a oportunidade de conversar e sigo à disposição para cooperar.

São Paulo, 16 de março de 2021.

Referências

- AB'SABER, A. Amazônia: do discurso à práxis. São Paulo: EdUSP, 1996.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010. Disponível em: http://200.130.27.16/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172. Acesso em: 15 mar. 2020.
- BORDALO, C. A. O paradoxo da água na região das águas: o caso da Amazônia brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 120-137, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.107531. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/107531>. Acesso em: 5 abr. 2020.
- CASTRO, Edna. (Org.) **Territórios em transformação na Amazônia** - saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017.
- FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Lutas sociais**, n. 28, p. 87-104, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/l/article/view/18539>. Acesso em: 15 mar. 2020.

IVARS, J. D. ¿Recursos **naturales o bienes comunes naturales?**: Algunas reflexiones, 2014. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/xmlui/bitstream/handle/2133/3425/n26a05.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MOREIRA, A. S. As ameaças sobre a Amazônia Verde e Amazônia Azul: Uma relação possível? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 239-274, 2017. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/2400878024?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NOBRE, C. A. *et al.* Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 39, p. 10759-10768, 2016. Disponível em: www.pnas.org/content/113/39/10759.full/. Acesso em: 28 fev. 2021.

RATZEL, F. **Géographie politique**. Paris: Economica, 1988.

SHIVA, V. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. Tradução de Georges Kormikiaris. São Paulo: Radical Livros, 2006. Disponível em: <https://dokumen.pub/qdownload/guerras-por-agua-privatizaao-poluiao-e-lucro.html>. Acesso em: 15 fev. 2020.